

Profª 7

TEMA 2

O processo de seleção de conteúdos como uma seleção cultural

Aqueles que se encontram em posições de poder tentarão definir o que se considera como conhecimento, o grau de acessibilidade de qualquer conhecimento a diferentes grupos, e quais são as relações aceitas entre diferentes áreas de conhecimento e entre aqueles que têm acesso a elas e as tornam acessíveis.

Michael Young



A primeira coisa que pensamos ao iniciar um plano de ação curricular é em selecionar conteúdos. Seja para uma escola ou para um sistema educacional, começamos a analisar o que achamos importante, o que deve ser incluído e o que consideramos pouco importante. Às vezes, buscamos alguma fonte que nos auxilie nesse trabalho. Normalmente, recorremos aos livros didáticos e aos guias curriculares. No caso específico da área de Saúde, por vezes perguntamos a pessoas que estão no mercado de trabalho o que julgam importante ser ensinado.

O processo de seleção de conteúdos é central para a construção de qualquer plano de ação curricular. Entretanto, mesmo que nos preocupemos centralmente com esse processo, tendemos a considerar que não há muito o que questionar. Tendemos a considerar que esse é um processo já definido. Achamos que, minimamente, existe um consenso quanto ao que deve ser ensinado nos mais diferentes níveis de ensino.

Michael Young é um importante professor e pesquisador inglês na área de Currículo. É o organizador do livro Knowledge and Control (Conhecimento e Controle), que marcou o surgimento da chamada Nova Sociologia da Educação. Esse foi um movimento que influenciou sensivelmente a produção relativa a Currículo no Brasil, em uma perspectiva crítica. Seus livros, infelizmente, ainda não foram traduzidos aqui em nosso país. Atualmente ele trabalha na Universidade de Londres.



Four horizontal lines for writing.

Isso não é verdade. Há muito em que pensar e o que questionar no processo de seleção de um currículo, a começar pelo fato de que todo currículo representa uma certa seleção cultural. Portanto, nossa concepção de cultura será determinante de nossa concepção dos conteúdos do currículo.

A própria expressão conteúdos também precisa ser analisada, afinal ela já revela uma determinada intenção no processo de seleção curricular. É um termo que normalmente vem carregado de uma tradição intelectualista. Essa tradição privilegia elementos das disciplinas, matérias. Trata-se da valorização do currículo enciclopédico, baseado na transmissão de informações. Um currículo intelectualista muitas vezes é chamado de "conteudista".

Uma vez que as funções sociais da escola vêm se ampliando, o termo conteúdo vem mudando de significado. Não mais se refere apenas a informações e/ou conhecimentos. Quando falamos em conteúdos, referimo-nos a comportamentos, valores, atitudes, habilidades de pensamento, habilidades técnicas, além de informações e conhecimentos.

Assim, dizer que todo currículo envolve uma certa seleção de conteúdos implica dizer que o currículo envolve uma seleção de conhecimentos, de habilidades, atitudes, comportamentos e valores a serem ensinados. Esses conteúdos fazem parte, portanto, de uma cultura mais ampla.

Nesta seção, analisamos esse tema: o **processo de seleção de conteúdos como uma seleção cultural**.

São questões centrais nesta seção:

- A – O que entendemos por cultura?
- B – O que significa dizer que o currículo é uma seleção da cultura?
- C – Qualquer conteúdo da cultura pode ser selecionado para fazer parte de um currículo?
- D – O que interfere na seleção de conteúdos de um currículo?

Passamos agora a tratar detidamente de cada uma dessas questões.

O que entendemos por cultura?

Muitas vezes, quando falamos de cultura em nosso cotidiano, falamos de alguma coisa que algumas pessoas têm e outras não. Dizemos que uma pessoa tem cultura porque frequentou a escola e fez o curso superior ou porque tem muitos livros, fala vários idiomas, frequenta teatros, cinemas ou galerias de arte.

Em contrapartida, se uma pessoa frequentou a escola durante poucos anos ou sequer a frequentou, vive em uma cidade com pouco acesso aos chamados bens culturais, dizemos que ela não tem cultura. Essa, porém, não é a interpretação mais contemporânea de cultura, tampouco nos ajuda a pensar em questões de currículo. Isso porque, se a cultura é alguma coisa que as pessoas têm ou herdam, os ricos têm cultura e os pobres não. Se a cultura estiver ligada aos chamados bens culturais, a cultura dos pobres passa a não ser considerada. Os pobres precisariam obter aqueles bens culturais para serem cultos. Como não podem consumir ou possuir bens culturais, pessoas pobres são rotuladas como sem cultura.

Trata-se, portanto, de uma concepção que não se adapta a uma perspectiva crítica de plano de ação curricular, pois exclui, de antemão, as pessoas pobres dos processos culturais. Uma concepção que, previamente, desconsidera a possibilidade de produção cultural das pessoas pobres.

Diferentemente, na teorização curricular crítica, a cultura não corresponde aos bens culturais possuídos por alguém. A própria idéia de cultura se desvincula da idéia de posse de alguma coisa. Cultura é algo que se produz. Produzimos cultura em nossas ações cotidianas, em nosso trabalho, na forma como pensamos. Por exemplo, produzimos cultura ao lermos e pensarmos sobre o texto lido. Também produzimos cultura ao ouvirmos uma história e recontarmos a outros, com nossas próprias palavras, o que ouvimos ou ao refletirmos sobre algo que lemos e pensarmos em como o que lemos se relaciona com a existência humana. Para isso, não importa se somos ou não donos de um ou mais livros que lemos. Nesse sentido, a cultura é sempre coletiva, nós não a produzimos sozinhos, mas porque nos relacionamos com outras pessoas em sociedade.

Desse modo, cultura é o conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social. A cultura limita os intercâmbios sociais (com quem nos relacionamos, como nos relacionamos com as pessoas, o que sabemos sobre outros povos e grupos sociais). A cultura também facilita e organiza todas as nossas produções simbólicas e materiais. Produções simbólicas precisam ser entendidas como todas as produções que empregam símbolos ou que se constituem em símbolos de outras produções: a escrita é simbólica, a pintura é simbólica, a beleza assumindo um valor simbólico, etc. Produções materiais, por sua vez, correspondem a todas as produções que se constituem como matéria (os objetos produzidos pelos seres humanos). A cultura é constituída por todas as nossas realizações individuais e coletivas em um tempo e um espaço determinado.

A cultura, portanto, é o resultado de uma construção social. Por isso, a cultura e o cultural se diferenciam da natureza e do natural. É por intermédio da cultura que os homens e as mulheres interpretam, modificam e até mesmo recriam a natureza. Dessa forma, os seres humanos se diferenciam dos animais. Animais também agem sobre a natureza, modificando-a, mas fazem isso sem refletir no que produzem. Nós, seres humanos, refletimos no que fazemos.

A cultura depende de condições materiais, sociais e espirituais predominantes em um dado espaço e um dado tempo. Expressa-se em significados, valores, sentimentos, costumes, rituais, instituições e objetos, sentimentos que rodeiam a vida humana, tanto individual quanto coletiva.

Assim, podemos falar de uma cultura brasileira, mas também de uma cultura nordestina e de uma cultura sulista no Brasil. Bem como



Procure identificar uma pessoa de sua comunidade que nunca (ou pouco) tenha freqüentado a escola e que domina saberes que você não domina. Reflita sobre o que essa pessoa sabe e você não sabe.



O que caracteriza, no lugar onde você vive, a cultura em relação à saúde? Procure refletir sobre a relação entre comida e saúde, os hábitos e costumes em relação à prevenção e cura de doenças. Se for necessário, converse com diferentes pessoas da sua vizinhança a respeito do que elas pensam sobre:

- como consideram a relação que alguns alimentos têm com saúde e doença;
- o que pensam dos profissionais de saúde e dos hospitais.

Procure analisar o que há de diferente e o que há de igual nas idéias e nos padrões culturais de homens e mulheres, crianças, idosos, pessoas pobres e de classe mais alta.

podemos falar de cultura popular, cultura erudita, cultura de negros, de mulheres, dentre outras.

Com base nessa concepção ampla, é possível concluir que a cultura não é homogênea, não é unitária, não é consensual. Tampouco é feita apenas de aspectos positivos e merecedores de valorização por todos, em qualquer lugar e em qualquer tempo.

Ao contrário, a cultura é ambígua, contraditória; nem tudo que é produzido segue as mesmas orientações. Ela é heterogênea e diversa. Muitas vezes, diferentes aspectos culturais precisam ser confrontados entre si. Determinadas concepções culturais precisam ser questionadas. Desse modo, o mais coerente é falarmos em **culturas**, com múltiplos enfoques, múltiplas abordagens, que nem sempre estão de acordo entre si.

Mas se a cultura é plural, múltipla, como determinar que “parte” da cultura deve integrar o currículo em uma dada escola? Nesse ponto, passamos à nossa segunda questão.

O que significa dizer que o currículo é uma seleção da cultura?

Existem critérios para a definição dos conteúdos que devem ser selecionados para fazer parte de um currículo de determinada área? Na prática, o que interfere na seleção de conteúdos feita nas escolas?

Já compreendemos que a cultura é plural; portanto, não existe uma única cultura ou um único conhecimento. Os conhecimentos e as culturas são múltiplos.

Dizer que o currículo é uma seleção cultural significa dizer que o currículo predominante em dado momento histórico é fruto de uma seleção de conhecimentos considerados mais importantes dentre aqueles que fazem parte de uma cultura mais geral. Assim, quando um currículo é planejado, os conhecimentos considerados mais importantes são selecionados da cultura mais ampla. Dessa maneira, esses conhecimentos são legitimados. Em outras palavras, incluir determinados conhecimentos em um currículo implica dizer que estes são legítimos e válidos para serem ensinados, merecem ser passados às gerações mais novas.

Isso também significa dizer que o currículo possui um caráter arbitrário, condicionado e situado historicamente.

Ao se afirmar que o currículo é arbitrário, afirma-se que o currículo é uma seleção de conhecimentos de um universo muito mais amplo de possibilidades. Os currículos na área de Saúde aplicados no Brasil, por exemplo, poderiam ser completamente diferentes. Não existem conteúdos absolutos, que têm de ser ensinados porque algum critério neutro assim o definiu. Um currículo sempre pode ser diferente do que é.

Ao se considerar que o currículo é condicionado e historicamente situado, considera-se que ele muda com o passar do tempo, atende aos interesses dos grupos sociais que têm poder privilegiado em determinado momento histórico.

Assim, um currículo – um conjunto de disciplinas, ações, estratégias de ensino-aprendizagem, experiências escolares múltiplas – passa a ser entendido

como fruto de lutas e conflitos entre diferentes grupos sociais que objetivam valorizar um conhecimento em detrimento de outro.

O currículo é definido por questões relativas aos conhecimentos das diferentes áreas, mas também por questões políticas, sociais, econômicas, éticas e estéticas. Reflete, enfim, relações de poder existentes em uma dada sociedade.

Em síntese, o currículo é um dentre vários possíveis; é um terreno de produção e criação de cultura. No currículo, os conhecimentos são constantemente (re)construídos.

Como no currículo lidamos com conteúdos, nesse processo de seleção não escolhemos apenas conhecimentos, mas também valores, formas de conduta, comportamentos, hábitos que consideramos válidos, importantes e legítimos de serem ensinados. Com isso, esperamos formar em nossos alunos uma certa visão de mundo.

Especificamente no que se refere a um curso na área de Saúde, selecionamos conteúdos que formam uma determinada visão de sociedade, de saúde, de doença, de relação médico-paciente; portanto, contribuimos para formar um determinado comportamento profissional. Grupos que, na área de Saúde, defendem uma visão hospitalocêntrica defenderão que o currículo priorize os conteúdos relacionados com a formação hospitalar, enfocando a doença, e não a saúde. Se, ao contrário, for privilegiada uma visão intersetorial, serão priorizados conteúdos que questionem a formação para o trabalho exclusivamente hospitalar, que discutam a saúde, e não a doença, que se dediquem a entender a saúde relacionada com as condições de vida da população, com o saneamento básico, a alimentação. Tais visões diferenciadas implicam visões de mundo e opções políticas distintas. A opção por um enfoque intersetorial, questionador da perspectiva hospitalocêntrica, é mais compatível com a perspectiva crítica de currículo que defendemos.

Também é importante pensar não apenas nos conteúdos que selecionamos, mas naqueles que excluimos. Dizer que o currículo é um processo de seleção cultural implica também considerar os conteúdos que “deixamos de fora”.

Por que trabalhamos com determinados conceitos e não outros? Por que valorizamos determinados comportamentos e não outros? Que visão de mundo estamos formando: para o questionamento e para a aceitação da mudança ou para a subserviência e aceitação do que está estabelecido?

Por isso, pensar a pluralidade cultural não significa pensar que qualquer padrão cultural é válido, qualquer saber é legítimo. Saberes sempre estão associados a valores, portanto precisamos pensar em quais valores legitimamos quando trabalhamos com determinados saberes.

Precisamos, sim, entender que não existe um padrão único, anterior ao próprio homem, capaz de nos dizer qual o melhor saber, o mais legítimo, o





Procure refletir a respeito do que você considera importante ser ensinado na formação em Enfermagem, mas que é freqüentemente “deixado de fora” nos currículos.

mais verdadeiro, em dado momento histórico e para todo sempre. Assim, precisamos sempre questionar, propiciar o debate, de forma a decidir quais saberes e quais valores cabe legítimar pelo currículo escolar. Queremos valorizar uma perspectiva hospitalocêntrica de saúde ou queremos propiciar a formação de profissionais capazes de transcender essa visão e pensar a saúde de forma mais global? Nessas diferentes concepções, os valores que atribuímos à saúde, à doença, ao trabalho médico, ao trabalho do enfermeiro, à instituição hospitalar, às relações entre profissionais de saúde e comunidade são completamente diversos e precisam ser discutidos em um currículo de formação de profissionais na área de Saúde.

A cultura deve ser entendida como plural: diferentes saberes possuem diferentes contextos de atuação. Porém, distinguir diferentes culturas não implica considerar uma cultura melhor do que a outra ou mais verdadeira de uma forma absoluta. Afinal, nenhum saber é capaz de dar conta de todas as questões humanas. Todas as culturas podem ter valores e saberes a serem questionados, bem como valores e saberes a serem valorizados.

Precisamos também pensar que aceitar a pluralidade cultural é aceitar o diferente e o divergente. Portanto, se aceitarmos a pluralidade cultural, temos de saber que não haverá sempre uma convivência pacífica, livre de disputas, entre os mais diversos saberes. Nem sempre o consenso será possível. Diferentes saberes e diferentes valores estão sempre lutando por maior espaço curricular.

Por conseguinte, não existe um conhecimento historicamente construído, universal, sistematizado, dominante, que deve ser ensinado a todos, indistintamente. As pessoas não são iguais, não vivem em contextos iguais, portanto não trabalham nem precisam trabalhar com conhecimentos e valores iguais.

Precisamos pensar, sim, que o conhecimento dominante, aquele que se faz presente na maior parte dos currículos, não é necessariamente o melhor para a maioria da população ou para determinados grupos de uma dada população. Nesse processo de seleção cultural, muitos conhecimentos são excluídos e outros são privilegiados na organização do currículo, sem que, necessariamente, sirvam aos interesses da maioria da população.

Então, não há critérios absolutos para selecionarmos os conteúdos de um currículo. Toda seleção de conteúdos é um processo social.

Em resumo, como principais argumentos para o caráter social da seleção de conteúdos, temos:

- a) os conteúdos variam historicamente: existem diferentes seleções de conteúdos em diferentes lugares, diferentes épocas e contextos históricos;
- b) os conteúdos favorecem mais algumas pessoas e alguns grupos do que outras pessoas e outros grupos;
- c) os diferentes grupos e pessoas de uma dada sociedade não possuem o mesmo poder para determinar qual deve ser a seleção de conteúdos educacionais.

Tais critérios dependerão de que sociedade queremos formar e de que visão de mundo desejamos favorecer.

No caso específico da área de Saúde, os critérios de seleção de conteúdos de um currículo dependerão, sobretudo, de como compreendemos as relações entre sociedade, saúde e doença.

O fato, porém, de sabermos que os critérios são variáveis nos permite concluir que qualquer conhecimento **pode** ser selecionado? É o que passamos a discutir em seguida.

Qualquer conteúdo da cultura pode ser selecionado para fazer parte de um currículo?

Até aqui, desenvolvemos a idéia de que o currículo é uma seleção cultural. Mas isso significa que todo e qualquer conhecimento humano está disponível para ser selecionado? Mais especificamente, se desejarmos construir um currículo de um curso de formação de profissionais de Enfermagem, poderemos ter certeza de que qualquer conhecimento produzido nessa área estará disponível para fazer parte desse currículo?

A resposta para essas questões, com certeza, é **negativa**. Nem todo conhecimento humano está disponível para ser selecionado. Na sociedade em que vivemos, o conhecimento e a ciência produzidos não estão imediatamente disponíveis para livre distribuição. Muitas vezes, determinado produto é registrado em um sistema de patentes e de licenças que garantem o monopólio de seu uso e distribuição. Apenas quem detiver a patente poderá usar e distribuir esse conhecimento, bem como receber dinheiro pelo direito de usar e distribuir esse conhecimento.

Dessa forma são controlados os processos de distribuição, venda e utilização dos produtos da tecnologia científica (fórmulas de remédios e equipamentos médicos, por exemplo).

As dificuldades de acesso ao conhecimento também, muitas vezes, impede essa disponibilidade do conhecimento para ser selecionado. É comum não existirem condições reais para os/as professores/as de um curso profissional entrarem em contato com o conhecimento mais atualizado.

Mesmo com a existência de mecanismos outros de divulgação, como as redes de computadores, a possibilidade de socialização do conhecimento ainda tem enormes obstáculos. Não basta, por exemplo, ter acesso à Internet. É preciso saber utilizar, dominar suas ferramentas de busca e saber processar as informações coletadas.

Isso nos leva a concluir que não depende apenas dos professores ou dos profissionais de uma dada área, no caso a área de Saúde, a definição de quais conteúdos devam ser selecionados. Precisamos pensar em “o que” e “quem” interfere nessa seleção.





Procure analisar que visão das relações entre saúde–doença–sociedade é favorecida pelo currículo no qual você foi formado como enfermeira(o). Anote sua análise no Diário de Estudo.



Já aconteceu de você ter acesso a uma informação nova na área de Enfermagem e descobrir que se tratava de um conhecimento já conhecido pela comunidade científica há muito tempo? Procure refletir sobre o que levou você a desconhecer esse novo conhecimento por tanto tempo.

O que interfere na seleção de conteúdos de um currículo?

Pelo que vimos, na abordagem do Tema 1, uma das principais instâncias de influência ou determinação da seleção de conteúdos de um currículo é o Estado.

Toda definição oficial de um currículo implica determinada seleção de conteúdos. Esta influencia os diferentes cursos de formação e as diferentes escolas.

Refletindo especificamente a respeito da seleção de conteúdos na área de Saúde, as diretrizes curriculares do MEC para os cursos de Enfermagem e as propostas curriculares das diferentes secretarias tenderão a servir de guias para as seleções de conteúdos dos diferentes cursos (de nível médio e superior).

Porém, não apenas as instâncias oficiais têm essas influências: órgãos de regulamentação profissional, sindicatos e, principalmente, os livros didáticos têm uma influência acentuada sobre o que é produzido nas escolas.

Não podemos desconsiderar, também, o papel da mídia (televisão, rádio, imprensa), priorizando certas discussões, expressando anseios da sociedade e, ao mesmo tempo, forjando esses mesmos anseios.

Se, em dado momento, uma determinada questão de saúde ganha espaço na televisão e nos jornais, certamente isso forçará um movimento para que as escolas e os cursos de formação nessa área abordem a questão.

Exemplo atual é a questão da AIDS. Por se tratar de uma síndrome com implicações sociocomportamentais claras, a polêmica atua no processo de definição da importância com que o tema será tratado nos currículos de formação dos profissionais de Saúde.

Não significa dizer que, se não fosse a mídia, esse tema não seria tratado. Porém, certamente esse tema será abordado de uma forma, e não de outra, também em função do que se expressa na mídia.

Como discutimos anteriormente, nunca é demais salientar que toda seleção de conteúdos de um currículo, além de ser cultural, é social.

Em uma dada sociedade, em dado momento histórico, diferentes grupos sociais determinam a definição do que se entende como legítimo para ser ensinado em um dado currículo. Porém, como nem a sociedade nem a cultura são homogêneas, inexistente consenso quanto ao que deva ser selecionado. Os diferentes grupos sociais entram em conflito nesse processo de definição, lutam pelo poder de definir o que deve ser ou não ensinado, o que deve ser ou não omitido.

Por isso, o currículo é visto como uma **política cultural**: uma constante luta entre diferentes concepções de cultura e de conhecimento.

Vivemos em uma sociedade excludente, na qual se reproduzem desigualdades e injustiças sociais. Assim, determinados grupos sociais restritos têm mais poder para definir os conteúdos selecionados e tal definição tende a favorecer os interesses desses grupos restritos, e não os da maioria da população. Isso só faz reforçar processos também excludentes.

Mas quando pensamos na definição de um plano de ação curricular, seja ele oficial ou escolar, não pensamos apenas em seleção de conteúdos. Como organizamos os conteúdos para serem ensinados?



Identifique uma questão de saúde que venha aparecendo na mídia (televisão, jornais, revistas). Registre-a e procure refletir sobre as suas conseqüências para o currículo da formação dos profissionais em Saúde. Anote sua questão no Diário de Estudo.



Procure refletir sobre o que é possível fazer para que a seleção cultural realizada nas escolas de formação de profissionais em Saúde possa servir aos interesses da maioria da população.